LUTAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: um debate reflexivo sobre desenvolvimento às avessas na Amazônia

Roselene de Souza Portela [1]
Welson de Sousa Cardoso [2]
Lidiane Maria Siqueira David [3]
Milcilene Magalhães da Silva[4]

RESUMO

Este trabalho pretende fazer um ensaio reflexivo sobre o desenvolvimento às avessas na América Latina, o qual originou-se da relação autoritarismo e democracia, que são resultantes dos processos das lutas sociais na Amazônia brasileira. Para tanto, esta lógica democrática herdada pela América Latina, como consequência de uma democracia às cegas, expressa a lógica do desenvolvimento às avessas na Amazônia e configura a particularidade das lutas sociais na região, que trava um permanente embate contra o capital que não só explora os recursos naturais da região, mas provoca o desmatamento além da exploração de conhecimentos tradicionais, expropriação de trabalho, apropriação de terras no território amazônico.

Palavras-chave: Lutas sociais. Desenvolvimento. Amazônia.

ABSTRACT

This work intends to make a reflective essay on the development in reverse in Latin America, which originated from the relationship of authoritarianism and democracy, which are the result of the processes of social struggles in the Brazilian Amazon. Therefore, this democratic logic inherited by Latin America, as consequence of a blind democracy, expresses the logic of development in reverse in the Amazon and configures the particularity of social struggles in the region, which wages a permanent struggle against capital that not only exploits the region's natural resources but causes deforestation in addition to the exploitation of traditional knowledge, expropriation of work, appropriation of land in the Amazon territory.

Keywords: Social struggles. Development. Amazon.

[1] Universidade Federal do Pará. Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais. Docente Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: roselene@ufpa.br.
[2] Universidade Federal do Pará. Estatístico. Doutor em Ciências Socioambientais. Docente Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: cardoso@ufpa.br.
[3] Universidade Federal do Pará. Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). E-mail: lididvd@gmail.com.
[4] Universidade Federal do Pará. Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). E-mail: milcilenemagalhaess@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

"Segundo a voz de quem mandam, os países do sul do mundo devem acreditar na *liberdade de comércio* (embora não exista), em *honrar a dívida* (embora seja desonrosa), em *atrair investimentos* (embora sejam indignos) e em *entrar no mundo* (embora pela porta de serviço)" (GALEANO, 2017, p. 6). A assertiva inferiu que o mundo é o mercado e nessa lógica perpassa o complexo paradoxo da relação autoritarismo e democracias na América Latina, as quais são resultantes da oposição à liberdade, caracterizada por obediência absoluta, ou cega à autoridade do grande capital estrangeiro, sendo esse o processo relativo ao desenvolvimento de um país/nação.

Condizente com a discussão, o presente trabalho tem por objetivo fazer um ensaio reflexivo sobre o desenvolvimento às avessas na América Latina, o qual nasce da relação autoritarismo e democracia, que são resultantes do processo das Lutas Sociais na Amazônia brasileira, as quais se configuram na particularidade de um desenvolvimento às avessas. Desse modo, se expressa à singularidade regional no contraste da determinação das lutas pelos direitos sociais na contracorrente do desenvolvimento.

Nessa perspectiva, buscamos compreender as determinações na particularidade de diferentes sujeitos sociais, que lutam por diversas causas sociais, as quais demonstram sua singularidade de movimento popular na região de floresta e de recursos naturais, em momento de superexploração dada pela mundialização do capital na Amazônia e América Latina.

Neste viés, a contenda aqui desenvolvida apresenta autores que explicitam a discussão sobre acumulação capitalista em detrimento a atores sociais que lutam por diferentes formas de participação, de mobilização, de organização, de reivindicação de seus direitos.

Assim, depreendemos, neste trabalho, reflexões acerca das distintas explorações, de toda ordem, ocorridas na região amazônica, em particular, buscamos pensar sobre esta conjuntura histórica política e econômica, que nos foi imposta por governantes que não olharam a diversidade, e nem os sujeitos aqui presentes. Mas,

este não reconhecimento só confirma o que Harvey (2004) explicita sobre o capital via espoliação, o qual se apropria para acumular capital, da forma mais degradante que há, agindo articulado com o Estado, para garantir seus interesses em detrimento de comunidades, dos recursos naturais.

Nesse ponto de vista, e da teoria social critica, na qual este trabalho se orienta, parte-se da explicitação da relação contraditória de obediência inquestionável de um desenvolvimento de cima para baixo, ou seja, às avessas. Portanto, compreendemos que é de suma importância fazer discussões que propiciem discernir os determinantes históricos da realidade presente, bem como, buscar autores que abordem sobre as lutas sociais na Amazônia em contexto de capitalismo internacional. Nesse viés, sinaliza-se a saber: Almeida (2004); Castro (2012); Carvalho (2011); Cruz e Santos (2017); Draibe (2004); Harvey (2004); Marques (2012); Nascimento (2009); Quijano (2005).

Em consonância com o exposto, o artigo estrutura-se da seguinte forma: introdução do trabalho; em seguida, trazemos uma discussão sobre **a lógica de desenvolvimento herdada pela América Latina,** como consequência de uma democracia às cegas; na sequência, apresentamos o debate acerca da **lógica do desenvolvimento às avessas na Amazônia,** que configura a particularidade das lutas sociais nessa região, sendo reflexo de **insurgência das lutas sociais na Amazônia,** que expressa à terceira parte. Por fim, as considerações finais.

2 A LÓGICA DE DESENVOLVIMENTO HERDADO PELA AMÉRICA LATINA

A herança dada a América Latina explicita as determinações de uma lógica de desenvolvimento às avessas, consequência essa de uma democracia às cegas, em que os estados nacionais latino-americanos passaram a naturalizar os processos de desenvolvimento à lógica do sistema capitalista de perspectiva espoliativa, assim, o capital se apropria para acumular lucro, da forma mais degradante, agindo articulado com Estado (HARVEY, 2004).

Nessa direção, segundo Galeano (2017, p. 11), “a história do subdesenvolvimento da América Latina integra a história do desenvolvimento do

capitalismo mundial". Desse modo, o autor destaca que "perdemos, outros ganharam, mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos" (GALEANO, 2017, p. 11).

Assim, no contexto da globalização, condizente com Galeano (2017, p. 10), "a divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Nossa marca no mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce". Nessa perspectiva, o autor reitera que a América Latina se especializou em perder, desde os remotos tempos do Renascimento, aonde os europeus se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta; sendo esse o primórdio do desenvolvimento?

Segundo Quijano (2005), a análise da globalização em curso se fez primeiro, da culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial.

Ressalta o autor que um dos eixos fundamentais do padrão de poder é a classificação social mundial, de acordo com a ideia de raça, sendo, pois, uma construção mundial mental. Desse modo, reitera que a experiência básica da dominação colonial se permeia enquanto poder mundial o eurocentrismo e as implicações da colonialidade do poder na história da América Latina.

Nesse sentido, segundo Galeano (2017, p. 11), "é a América Latina, a região das veias abertas", pois sinaliza que desde o "descobrimento" até os nossos dias tudo sempre se transformou em capital europeu e/ou norte-americano, e como tal se acumula e se acumulou nos distintos centros do poder. Nesse viés destaca:

> Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo (GALEANO, 2017, p. 10).

Assim, cabe ressaltar a análise de Draibe (2004) sobre considerarmos aspectos políticos e econômicos na construção histórica da realidade brasileira, e mais, que reconheçamos a grande atuação do Estado na constituição do capitalismo e da sociedade burguesa no país. Nessa lógica, Galeano (2017) reitera que

> Quanto mais se desenvolve, mais aguça seus desequilíbrios e tensões, suas candentes contradições. Até a industrialização, dependente e tardia, que comodamente coexiste com o latifúndio e as estruturas da desigualdade, contribui para semear o desemprego, em vez de ajudar a resolvê-lo; alastra-se a pobreza e se concentra a riqueza nesta região de imensas legiões de braços cruzados que se multiplicam sem parar. Novas fábricas se estabelecem nos polos privilegiados do desenvolvimento – São Paulo, Buenos Aires, Cidade do México – e cada vez menos mão de obra eles necessitam (GALEANO, 2017, p. 12).

Para Draibe (2004), a atuação do Estado brasileiro pode ser de planejar, regular e intervir nos mercados, tornando-se produtor e empresário, por meio dos seus próprios gastos e investimentos, e que Ele ditou e deu destino a economia mediante seus aparelhos e instrumentos para assegurar acumulação capitalista.

A autora demonstra que, do ponto de vista político, o Estado regulou, também, as relações sociais, absorvendo no interior de suas estruturas os interesses sociais, transformando-os em arena de conflitos politizados, mediados e arbitrados pelos seus agentes.

Dessa maneira, debilitou as instituições representativas e prejudicou as formas autônomas de aglutinação e expressão de interesses e conflitos. Transformando-se em um Leviatã aparentemente incontrolável em termos de expansão e poder (DRAIBE, 2004, p.16).

Dentro dessa perspectiva, Galeano (2017, p. 14) sinaliza que “aqueles que negam a libertação da América Latina negam também nosso único renascimento possível, e de passagem absolvem as estruturas em vigência”. Nesse viés, o autor ressalta que os jovens se multiplicam e escutam o que lhes oferece a “voz do sistema?” (GALEANO, 2017, p.14). Pontuando, desse modo, que

> O sistema se expressa numa linguagem surreal: propõe evitar os nascimentos nessas terras vazias, opina que faltam capitais em países onde os capitais estão sobrando e são desperdiçados, chama de ajuda a ortopedia deformante dos empréstimos e a drenagem de riquezas que os investimentos estrangeiros provocam, convoca os latifundiários para fazer a reforma agrária e a oligarquia para pôr em prática à justiça social. A luta de classes não existe – decreta-se –, sobretudo por culpa dos agentes forâneos que a incitam (GALEANO, 2017, p. 14).

O autor sinaliza, no recorte acima, o modo de ser ocidental imposta pelo sistema mundo ditado pelo capital estrangeiro que, para tanto, agudizam as contradições entre as classes sociais e a opressão de umas pelas outras, em que se apresenta com o nome de “estilo ocidental de vida”.

Portanto, diante de todos estes processos sócio-históricos determinantes explicitados pelos autores expressa, segundo Galeano (2017, p. 14), “as expedições criminosas dos *marines* têm por objetivo restabelecer a ordem e a paz social, e as ditaduras submissas a Washington fundam nos cárceres o estado de direito”. Estes, no entanto, proíbem as greves e aniquilam os sindicatos para proteger a liberdade de trabalho, com a lógica do estado democrático de direito do capital.

2.1 Desenvolvimento às avessas na Amazônia brasileira

A lógica do desenvolvimento às avessas na Amazônia brasileira configura a particularidade das lutas sociais nessa região. Nesse viés, os processos de permanência de estruturas de poder na Amazônia explicitam os processos de pauperização relativa ao modelo de desenvolvimento expresso na região. Tudo isto, reitera os conflitos e resistências em face das constantes problemáticas proveniente da lógica da mundialização do capital.

Nascimento (2009) ressalta que a ocupação da Amazônia, a partir da metade do século XX, se dá sob intervenção direta do Estado nacional, por meio de órgãos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do Banco da Amazônia (Basa) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), provocando grandes impactos nas dimensões políticas e econômicas da região. De acordo com o autor, a “Amazônia guarda uma dimensão particular em relação às outras regiões por ser a única do país que se encontra em saque definitivo” (NASCIMENTO, 2009, p. 42).

Para Marques (2012, p. 35), a interpretação de espaço vazio servia (e serve) aos interesses do grande capital nacional e internacional, o qual fez aliança com o Estado brasileiro para exploração de riquezas naturais na Amazônia. Desse modo, “a

ocupação dos espaços vazios significava antes de tudo a ocupação das possibilidades de transformar a natureza em mercadoria e, como tal, obter lucro".

O autor faz uma importante reflexão sobre o desenvolvimento para Amazônia. Nas suas palavras, infere que "os discursos governamentais e empresariais pressupunham (ou procuravam fazer crer) que não havia ninguém. E o índio e o caboclo que habitavam?" (MARQUES, 2012, p. 40). Logo, o autor sinaliza que estes, habitantes, não por caso, desapareceram, tanto no discurso e como nos planos oficiais.

De acordo com Marques (2012, p. 36), a Amazônia redefiniu seu papel que deveria cumprir (e vem cumprindo) para reprodução capitalista no país, quando teve a opção de impulsionar o setor de meios de produção pesados, substituindo as importações em 1960. Nesse viés, sinalizou que "o II PND[5] assumiu de fato e definitivamente a Amazônia como "fronteira de recursos naturais", destacadamente minerais, ou seja, **colônia fornecedora de matéria-prima bruta aos países imperialistas**" (MARQUES, 2012, p. 36, grifos nossos).

Nesse contexto, o autor reitera que a Amazônia foi entendida como fonte de recursos naturais e a natureza restringiu-se a matéria prima, e a mercadoria na forma de terras para comercialização e acumulação com os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA's)[6].

De acordo com Castro (2012, p. 46), a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul americana (IIRSA), no âmbito sul-americano, como bloco regional, e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em âmbito nacional, são programas voltados para a logística de transporte, energia e comunicação. Para ela, no plano continental tal logística representa interesses comuns do Brasil e dos demais países nos projetos de infraestrutura. E, afirma que a IIRSA[7] reedita o modelo de desenvolvimento que orientou a expansão da fronteira amazônica a partir dos anos 1970 e provocou conflitos socioterritoriais, que envolveram diferentes locais e

[5] PND- Planejamento Nacional Desenvolvimento.
[6] E os PDA's Planos Desenvolvimento da Amazônia. Renovam-se os planos, programas e projetos para, no meu ver, dá-se uma **nova a "Integração da Amazônia**".
[7]De acordo com Castro (2012, p. 49), o Brasil faz fronteira geográfica com 11 países da América do Sul, e mais 2\3 dessa faixa de fronteira estão na região amazônica. E, ainda pontua que os projetos IIRSA estruturam-se em Eixos de Integração. Sendo, 10 eixos cobrindo o continente norte e sul, leste a oeste, mas apenas três deles direcionados para Pan-Amazônia mediante transporte, estradas, ferrovias, rios, do Atlântico ao Pacifico.

intensificaram a exploração de recursos naturais e o desmatamento. A autora identifica a irreversibilidade de tais dinâmicas, pois a Pan-Amazônia transformou-se em palco de ações governamentais e empresariais, sendo assim, entendida como central para Brasil e América do Sul.

Outra questão observada pela autora é que as populações locais, e suas práticas sociais e saberes relativos ao território, vêm produzindo leituras desses processos, a partir dos movimentos sociais e étnicos que revelam novos processos de dominação incorporados ao modo de implantação dos projetos de infraestrutura e às práticas de agentes que violam direitos sociais e étnicos, como o resultado da desterritorialização, a qual atinge os grupos de população tradicional, na extensão Pan-Amazônica.

Castro (2012) analisa que a noção de território adotada pelas políticas governamentais contraria a noção de território e de territorialidade dos grupos que vivem na Amazônia. Essas políticas contrariam os interesses locais dos grupos que vivem com valores e culturas divergentes da lógica do mercado. Para tanto, torna-se emblemático o rompimento com as raízes e heranças culturais e suas territorialidades constituídas, para dar lugar à lógica de um espaço e tempo que possuem outra concepção. Desse modo, Castro (2012) afirma:

> A Amazônia foi transformada em uma fronteira de *commodities*. A expansão da pecuária brasileira ocorre na sua fronteira, com frentes peruanas, bolivianas e colombianas. A expansão dos plantios de grãos (arroz, milho e soja) e a exploração de madeira empurram as fronteiras até os seus limites nacionais. Por outro lado, o interesse pela mineração é bastante amplo, pois grande extensão da Amazônia tem jazidas minerais. **A Amazônia tornou-se um mercado de produtos e insumos, ligado a redes internacionais altamente sofisticadas e grandes empresas** (CASTRO, 2012, p.55, grifos nossos).

Assim, Castro (2012) sinaliza que, embora o Brasil seja um produtor e exportador de *commodities*, a Amazônia possui sua contribuição com produtos de exportação, a celulose e o petróleo (com gás natural). Contudo, enfatizamos que no outro lado do jogo, tem a globalização e a competividade provocando, no âmbito local, o acirramento das estratégias para apropriação de terras e de recursos por empresas nacionais e internacionais. Essas são estratégias utilizadas e responsáveis pela

concentração fundiária, pela grilagem, pistolagem, por conflitos em torno da terra e também pelo desmatamento.

Para Castro (2012), o Estado tem optado pela solução mais tradicional de desenvolvimento com grandes obras de infraestrutura, utilizando a argumentação que supervalorizam os benefícios, mas são ineficazes no âmbito social e ambiental.

Ela confirma que são obras localizadas no território brasileiro e nas áreas amazônicas de países vizinhos, por intermédio da IIRSA; e que produtos como minério, madeira, gado, e pescado, da Amazônia têm continuado com saída para o mercado por cadeias curtas e com reduzidos padrão tecnológico. Assim, a autora reflete esta realidade pontuando que:

> (...) a Amazônia, vista no cenário nacional e internacional, sobretudo, pelo **aumento das taxas de desmatamento e pelo acirramento dos conflitos socioterritoriais**, localiza-se em uma outra configuração geopolítica. Os olhos voltam-se para a Pan-Amazônia, imensa região e a última mais preservada do planeta**. Imensa fronteira de recursos, integrada pelas culturas e etnias que milenarmente aí vivem e produzem suas existências, mas agora ameaçadas pelos programas neocoloniais que fazem discursos e prioridades e por estratégias geopolíticas de dominação das fronteiras**. O conhecimento e a demonstração desses processos de dominação e dos efeitos que produzem passam a ser prioridade política das sociedades amazônicas e nacionais (CASTRO, 2012, p. 59, grifos nossos).

Nascimento (2009, p. 56) ratifica que as riquezas do estado do Pará se expressam na exploração dos recursos naturais de ordem mineral (minérios de ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, caulim, alumínio, silício metálico, ferro-gusa, bauxita calcinada e cobre), e os de ordem vegetal como as madeiras nobres, o cedro, e o mogno, que se encontra em processo de extinção, concentrando-se em mesorregiões em que habitam índios e quilombolas.

Neste viés, é importante à reflexão de Nascimento (2009), quando diz que:

> A dinâmica das relações sociais na Amazônia em geral, e no estado do Pará, é bastante complexa (...) atualizar a imagem idílica que a mídia nacional e internacional difunde da região, ocultando a realidade expressa nos conflitos e tensões sociais, que, longe de ratificarem a tese recorrente da condição selvagem dos moradores da Amazônia, expressa a situação de coletivos de trabalhadores que não estão isentos de usurpação capitalista que se pretende civilizatória, mas que se faz sob a égide da violência econômica, cultural, patriarcal e étnico-racial, recolocando a importância do exame da

> particularidade do capitalismo, principalmente nessa sua etapa de financialização, nas pesquisas sobre as manifestações da questão social no Brasil e na Amazônia (NASCIMENTO, 2009, p. 61).

A partir da explicitação dos processos contraditórios que perpassam de forma transversal a particularidade da região amazônica, percebemos que o processo sócio-histórico do desenvolvimento às avessas que vem assumindo uma lógica de dominação e bem como de segregação socioespacial, retirando de suas terras culturas, etnias e diversidades naturais.

2.1.1 A insurgência das lutas sociais na Amazônia

O processo de insurgência das lutas sociais na Amazônia brasileira se expressa da ação relativa à rebelião de um poder estabelecido, ou seja, revoltas localizadas em determinadas regiões, as quais reivindicam seu reconhecimento enquanto sujeito do território, que possuem sua particularidade própria de nativo e que esbarra na contramão do progresso que dita às regras do jogo da lógica do desenvolvimento.

Estas são particularidades amazônicas, cuja experiência de resistência contra os grandes projetos de infraestrutura/desenvolvimento se desdobra a partir de distintas dimensões sócio-históricas, as quais permeiam as relações políticas, econômicas, culturais e sociais da região, dentro da lógica de acumulação capitalista. Nesse viés, Almeida (2004, p. 20-21) reitera que “é a dimensão política na Amazônia, e também a questão ambiental, que é tratada como uma questão sem sujeito”.

Segundo ele, os sujeitos da questão ambiental na Amazônia se constituíram de forma coletiva e se vinculam aos vários movimentos sociais que passaram a expressar de formas peculiares de uso e de manejo dos recursos naturais por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, as chamadas populações tradicionais, que, por tais experiências de conflitos socioambientais, têm se fortalecido na última década e meia.

De acordo com Almeida (2004), registra-se uma profunda ruptura com a atitude colonialista homogeneizante, que na história apagaram as diferenças étnicas e a

diversidade cultural foi adquirindo um sentido coletivo de autodefinições emergentes, em que consiste o reconhecimento da identidade correspondente das territorialidades especificas construídas socialmente nas fronteiras.

Além disso, o autor salienta que a noção de território se revela de forma dinâmica atrelada a fatores étnicos e afirmativos de uma identidade. E, que essa construção de sujeitos sociais é uma existência coletiva objetivada na diversidade de movimentos organizados em redes sociais redesenhando a sociedade civil na Amazônia e, não apenas isso, impondo seu reconhecimento para os centros de poder. Para tanto, Almeida (2004) diz que tais redes surgem de entidades ambientalistas e defesa ecológica e por organizações locais.

Portanto, para o autor, os movimentos sociais se organizam mediante uma contra estratégia, caracterizada por práticas de mobilização contra a devastação das florestas, a expropriação dos meios de produção e a usurpação dos “saberes nativos”, também busca consolidar uma consciência ecológica incorporando-a a identidade coletiva desses movimentos sociais.

É importante ainda elucidar o que o autor chama atenção de “contra estratégia”, que possibilita reforçar as identidades políticas e não pode ser dissociada do controle efetivo dos meios de produção combinado com aplicação dos “saberes práticos”.

Também salientamos neste contexto de lutas sociais locais os estudos sinalizados Cruz e Santos (2017), que contextualizam as lutas sociais na Amazônia brasileira sobre a organização em entorno dos grandes projetos urbanísticos. Assim, elas confirmam a existência de processos de organização, reinvindicação, mobilização, participação e resistência significando formas de lutas sociais na atualidade em Belém. Entende-se, a partir disso, que essas dinâmicas são representativas.

Segundo as referidas autoras, em Belém há a emergência de mobilizações sociais, principalmente, na periferia urbana, locais onde os impactos econômicos, sociais e culturais denunciam o cotidiano da cidade como a violação de direitos nas Bacias Hidrográficas Una, Tucunduba, Estrada Nova, que sofreram intervenções urbanísticas, entre outras, como o projeto Orla.

As autoras apontam a lógica dos grandes projetos econômicos nas metrópoles amazônicas, sendo este o modelo de planejamento estratégico instituído e paradoxalmente não conseguem atender os problemas sociais inerentes do próprio modelo de produção capitalista (CRUZ; SANTOS, 2017).

A partir disso, entendemos que essas lutas sociais são construídas conjuntamente por esses sujeitos, demonstrando a segregação social e a resistência dos movimentos populares locais como preponderantes para Belém na construção de uma cidade justa e democrática.

Para Carvalho (2011), precisamos ter plena consciência que o momento atual é de reconstrução de um campo político contra-hegemônico, pois esta é uma situação bem adversa, já que nos encontramos fragmentados sem programa para articularmos e somos poucos. Portanto, para construir as condições é prioridade a constituição de um campo. É, contudo, a luta contra a lógica dos grandes projetos de infraestrutura da IIRSA e do PAC.

A tentativa de cooptação das lideranças locais para garantir seus interesses na Amazônia em diferentes escalas, caso não atuem em diferentes escalas, as organizações engajadas em processos de resistência a este modelo terão raríssimas chances de vitórias expressivas nesse contexto (CARVALHO, 2011).

Carvalho (2011) diz que a resistência se dá ainda por pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa da Amazônia e de outros lugares. Estes analisaram os resultados dos Estudos de Impacto Ambiental mostrando as incoerências e omissões. O autor expõe que a luta é também de nos contrapor à lógica dominante materializada nos grandes projetos de infraestrutura e de mantermos a resistência a partir da base.

Carvalho (2011) comenta que os movimentos sociais das regiões Transamazônicas e Xingu possuem longas trajetórias de lutas e são opositores radicais das intenções do governo federal de construir um complexo hidrelétrico no rio Xingu desde 1980, o qual tinha Belo Monte na primária etapa à época. A luta em sua maioria é de indígenas, mulheres, grupos pastorais, jovens, ribeirinho, atingidos por barragens, ONG's e agricultores familiares.

Este autor traz duas críticas preocupantes acerca da Amazônia: uma diz respeito a “desconstrução da Amazônia”, que significa dar vazão os interesses das grandes empresas nacionais e estrangeiras, a despeito dos impactos existentes e novos que atingem as populações e o equilíbrio do clima.

A outra crítica refere-se a que não lutamos contra uma empresa, e sim contra um bloco de poder; e conclui que a experiência de resistência contra os grandes projetos de infraestrutura pode ser difícil, pois o discurso encontra pouca receptividade na sociedade brasileira seduzida pela expectativa de progresso e desenvolvimento local, prometendo-se através da instalação dos grandes projetos, principalmente, os empregos e melhores condições de vida as camadas de renda mais baixa, o que não se concretiza de fato. Ele ainda pontua que este discurso atualmente dificulta a luta e a resistência e se enraíza entre a população.

O autor exemplifica ainda que esses grandes projetos de infraestrutura tem uma utilidade. Para tanto, faz uma analogia a uma catapulta para um conjunto de empresas brasileiras, principalmente as empreiteiras. No processo de expansão capitalista na Amazônia constitutiva do modelo hegemônico que se emprega na região (CARVALHO, 2011).

Diante do exposto, ressaltamos nas distintas reflexões apresentadas pelos autores que o Estado contribuiu, e ainda contribui, no processo de expropriação, salientando, assim, a lógica perversa do capital em uma democracia às cegas, cuja dependência apresenta-se como único mecanismo de desenvolvimento de um país emergente, subdesenvolvido, como no caso do Brasil e que reflete diretamente na particularidade das lutas sociais na Amazônia.

3 CONCLUSÃO

O ensaio reflexivo desenvolvido sobre a perspectiva das Lutas Sociais na Amazônia revelou que o complexo processo contraditório da relação autoritarismo e democracia expressam a determinação dos processos sócio-históricos da América Latina. Esses resultam da oposição à liberdade em que a forma de governo dos estados nacionais emergentes, ou seja, países subdesenvolvidos/colonizados se

caracterizam pela obediência absoluta frente ao autoritarismo do grande capital estrangeiro, sendo este sinônimo de desenvolvimento.

Para tanto, esta lógica democrática herdada pela América Latina, como consequência de uma democracia às cegas, expressa a lógica do desenvolvimento às avessas na Amazônia e configura a particularidade das lutas sociais na região.

Assim, podemos explicitar, de forma reflexiva, os processos contraditórios materializados nas relações sociais da particularidade amazônica frente ao capital internacional. Desse modo, não se deve descolar e, também, deixar de correlacionar com a exploração de recursos naturais na região amazônica. Portanto, não é apenas a exploração de tais recursos, mas de conhecimentos tradicionais, expropriação de trabalho, apropriação de terras, e do ponto de vista reflexivo apresenta as lutas sociais sinalizadas no transcorrer deste trabalho a problematização que a Amazônia está sendo saqueada, e desconstruída.

Acredita-se que apesar das "expedições criminosas dos *marines",* em consonância com Galeano *(*2017*),* com a submissão dos direcionamentos de Washington, constituíste dos cárceres do estado de direito, as lutas sociais na Amazônia estão presentes na insurgência cotidiana dos sujeitos que se constituem historicamente dentro desses processos desiguais e classistas.

Assim, a partir da reflexão intermediada pelos autores foi possível identificar a atualidade advinda desde o período colonial na imposição dos modos de vida, e estrutura econômica e social. Percebendo que essa imposição europeia, ainda que tenha sido vitoriosa em determinadas situações, registra os movimentos de resistência, a luta pela preservação de suas identidades culturais, seja os indígenas, quilombolas e negros. E, de como a formação capitalista no Brasil dada num processo tardio saindo da economia cafeeira para industrialização brasileira colocou o Brasil numa posição que ele ocupa de economia exportadora com a terceira divisão do trabalho.

Mas, ainda assim perdura a lógica colonizadora no pensamento social e presente nas relações sociais, e na atualidade mantemos ou mesmo reproduzimos esse tipo de lógica exploradora. Faz-se a crítica a este modelo de desenvolvimento imposto, aliado a estratégias de acumulação capitalista tornam o desenvolvimento a

qualquer custo, bem como a legitimação de acumulação capitalista, que dar lugar ao agronegócio versus a agricultura familiar, que não pensa no homem que vive na Amazônia, que explora grupos vulneráveis pelo discurso do progresso, dando somente a estes sujeitos a perspectiva de luta pela sobrevivência, resistência face às condições subumanas no mundo do trabalho na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Amazônia: a dimensão política dos conhecimentos tradicionais como fator essencial de transição econômica – pontos resumidos para uma discussão. In: **Somanlu**, ano 4, n,1, jan\jun, 2004.

CARVALHO, Guilherme. **Elementos para analisar os Grandes Projetos de Infraestrutura na Amazônia**. Belém. Pará. Junho de 2011.

CASTRO, Edna. Expansão de fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana. In: **Caderno CRH**, Salvador, v.25, n.64, p.45-61, jan./abril, 2012.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; SANTOS, Gizele Cristina Carvalho dos. Lutas Sociais e Grandes Projetos Urbanos em Belém: as “Frentes dos Prejudicados”. In: **ANAIS**. II SIALAT. 27-29 de novembro de 2017. Belém: NAEA/UFPA, 2017.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2004.

GALEANO, Eduardo. Prefácio: 120 milhões de crianças no centro do tormento. In: GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

HARVEY, David. **Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MARQUES, Gilberto. **Amazônia**: uma moderna colônia energético-mineral? Universidade e Sociedade – ANDES-SN. DF ano XXI, nº 49, janeiro de 2012.

NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso. O paradoxal desenvolvimento do Estado do Pará: efeitos no social. In: SCHERER, Elenise (Orgs.). **Questão Social na Amazônia**. Manaus: Edua, 2009.